

Gramática Emergente: uma leitura

Ana Martins

acsmartins@mail.telepac.pt

Centro de Linguística da Universidade do Porto

0. O objectivo desta apresentação é ver que ilações válidas há a retirar da concepção de gramática que Paul Hopper defendeu em 1987, e retomou em 1998, a que ele chamou de “gramática emergente”, se lhe moderarmos as assunções mais radicais.

1. Uma grande parte da empresa de teorização levada a cabo por Paul Hopper encerra-se no propósito de contrariar o pressuposto de que as línguas residem em estruturas organizadas em regras sistemáticas e completas, previamente disponíveis e anteriores ao processo de aquisição e desenvolvimento de uma língua. Basicamente, Hopper nega a imagem da língua como um sistema abstracto, fixo, pré-discursivo, sustentado por um conjunto fechado de regras, que deixe a descoberto ocorrências desviantes.

A gramática redefinida por Hopper é inteiramente fundada nos usos discursivos e corresponde a uma organização cognitiva apurada a partir de experiências passadas de activação discursiva individuais de cada sujeito falante. Nesta medida, aquilo que os falantes accionam cognitivamente quando falam não é um conjunto fixo de postulados, mas apenas experiências passadas de uso de certas construções, a que acresce a avaliação/ponderação do contexto interactivo, com especial enfoque na imagem do interlocutor. A capacidade cognitiva dos falantes permite-lhes, então, a partir dos eventos discursivos, categorizar e classificar similaridades e diferenças.

A noção de estrutura é assim deslocada do centro para a periferia da comunicação, na medida em que, nesta perspectiva, a gramática não é a chave ou a fonte da intercompreensão; a gramática é antes um produto da actividade verbal.

O adjectivo “emergente” da designação “gramática emergente” capta o carácter provisório, transitório, fluído da estrutura da língua, sempre adiada, sempre negociável na interacção real, cujo processo de formação nunca está acabado. Há sempre conjuntos e subconjuntos de activação de formas e de expressões recorrentes que estão em constante processo de inovação e alargamento e, concomitantemente, estão a fazer rrear e contrair outros usos e práticas. A gramática é vista assim como um fenómeno social, tal como o discurso.

A noção de frequência, regularidade ou rotinização é uma noção-chave na defesa teórica de uma gramática a emergir do discurso. É o registo da difusão sistemática da frequência com que certas distribuições de formas ocorrem que conduz ao apuramento de padrões emergentes, em movimento continuado rumo à estrutura. A estrutura da língua obtém-se, então, pela constatação das similaridades de comportamento das construções e seqüências interfrásicas que ressaltam do discurso, que o moldam e são moldadas por ele.

A sistematicidade da língua é desenhada a partir das sedimentações parciais de formas usadas recorrentemente, donde é possível apurar subsistemas.

Uma descrição sumária das propostas de Hopper, como esta, faz crer numa atitude radical do autor: de facto, segundo Hopper, a gramática quer das teorias formais, quer das abordagens funcionais, não existe. A gramática que ele designa por “gramática apriorística” - concebida enquanto conjunto de relações relativamente estáveis entre as unidades linguísticas e os seus valores semânticos e pragmáticos - é uma construção irreal.

Uma total transmutação de princípios de investigação em linguística parece estar em questão quando o autor defende que a língua não é um objecto circunscrito mas uma confederação solta de experiências sociais abrangentes. Uma gramática assim é uma gramática totalmente flexível, é sempre negociável para cada situação e é 100% dependente do seu contexto comunicativo.

2. Este radicalismo só deve ser reconhecido se atendermos ao grau e não à qualidade das assunções, porque o que é facto é que todas as formalizações estão apoiadas na observação de usos e da frequência dos usos. Já se sabe que a frequência é um conceito exploratório em linguística teórica e aplicada, capaz de agregar vários tipos de abordagens.

Que a frequência de uso de certas construções têm impacto nas representações linguísticas dos falantes, está provado, por exemplo, na distinção que o falante faz entre aquilo que na língua está convencionalizado e aquilo que não está.

A frequência desempenha um papel importante na explicação da variação e mudança linguística: as línguas são entidades sociais e culturais, constringidas pela selecção imposta pelos falantes e, de geração para geração, o que sofre alterações é a selecção dos itens em repetição ou reprodução.

Afinal, apesar de uma apresentação inovadora de um modo de pensar a teorização, Hopper segue na esteira daquilo que no último quarto de século, pelo menos, é dado como consensual:

- todas as formalizações estão fundadas na observação de frequências e usos, sendo que a questão não está em saber se esta ou aquela teoria tem motivação discursiva, mas que focagem e que lugar essa motivação ocupa neste ou naquele programa de investigação;
- por outro lado, há muito que se sente como necessário o abandono de uma representação exclusiva e binária do sistema da língua, em benefício de uma lógica inclusiva e por aproximação.

Não é certo, portanto, que uma gramática dos usos tenha de abdicar da caracterização de um sistema discreto, formal e algébrico.

Por outro lado, aceitar que a gramática emerge naturalmente do discurso é esquecer que uma teoria é sempre uma construção de um linguista e que, quer à detecção de frequências quer ao modo de as agregar em subsistemas, presidem intuições e opções de experimentação. A ter em conta o que diz Hopper, só há uma gramática, a gramática emergente, uniformemente emergente, diríamos. E se a gramática é apenas sedimentação, então esta gramática é indistinguível do discurso.

O que se passa é que a sistematicidade da “gramática emergente” não suplanta a sistematicidade da *Gramática Apriorística*, simplesmente porque é de ordem diversa, é de ordem cognitiva. Só assim é que se pode aceitar que se diga que a gramática não seja feita de moldes estáveis e relações discretas e modulares, mas que emerge do discurso em formas que reflectem directamente a experiência interlocutiva passada do falante.

Sobrevém que no trabalho de estruturação de subsistemas de formas, tal como propõe Hopper, é incontornável o recurso ao instrumentário legado pela *Gramática Apriorística*, donde se conclui que o que está em causa não é um novo quadro teórico, mas a ponderação da viabilidade de uma perspectiva em que a descrição dos fenómenos linguísticos começa por – e não inclui apenas – o nível da motivação comunicativa/interactiva dos encadeamentos de enunciados individuais.

3. Mas uma dose considerável de cepticismo face às propostas de Hopper é sobrelevada face a uma – pelo menos uma – ilação teórica profíqua, que é esta:

Se a gramática é um conjunto de padrões emergentes de mecanismos de activação linguística, então qualquer forma deve ser encarada como um vestígio de um epifenómeno. É revelador o trabalho desenvolvido por Hopper (Hopper; Thompson 1980; Thompson; Hopper 2001) sobre o papel da transitividade na dimensionalização textual. Na determinação discursiva dos factores da “alta transitividade” foram apuradas estreitas correlações ao nível de:

- participantes: envolvimento de, pelo menos, dois participantes;
- agentividade: presença de participante agentivos;
- afectação do objecto: elevado grau de transferência da acção para um paciente;
- volição: da presença de mecanismos morfossintácticos que exprimem propósito ou intenção depende o maior ou menor efeito sobre o paciente;
- afirmação: dominância de frases afirmativas;
- individualização: dado que um objecto definido ou um indivíduo especificado é vulgarmente visto como mais completamente afectado do que um objecto indefinido ou uma multidão indeterminada;
- modo: uma acção transitiva é uma acção certa, com realização efectiva, assertada como correspondendo directamente a um evento real;
- classe aspectual/*aktionsart*:
- quanto ao movimento: as acções dinâmicas podem ser transferidas de um participante para outro, mas já não os estados ou as actividades;
- quanto à duração: as acções pontuais têm um mais marcado efeito sobre os pacientes;
- aspecto: uma acção acabada é mais efectivamente transferida para um paciente.

Outro exemplo que pode ser aduzido, ainda que nunca trabalhado por Hooper ou pelos seus colaboradores, consiste no apuramento dos mecanismos de expressão da evidencialidade no discurso. O termo evidencialidade cobre o facto de, na maioria das circunstâncias de comunicação, o locutor asserir conteúdos de que não é fonte directa – seja por distanciamento no espaço e no tempo relativamente aos estados de coisas veiculados, seja por disjunção

de fontes enunciativas. Nesta medida, o locutor não está em condições de assegurar totalmente a validação da informação que transmite. Este é um factor activo na construção semântica dos enunciados, determinado por combinações de construções modais (modalidade epistémica), construções perifrásticas aspectuais, formas verbais de referência temporal, verbos factivos, verbos de acção interna e processos citacionais. (Veja-se a propósito a teorização desenvolvida por Dendale e Tasmowski 2001, Plungian 2001 e Guentchéva 1994).

É estimulante verificar que esta perspectiva epifenomenológica abre caminhos ainda inexplorados em linguística textual.

Finalmente: há uma importante ressonância das propostas de Hopper no estudo dos processos de aquisição de uma língua segunda, que reside na sensibilidade do aprendiz à frequência de ocorrências. Nestes processos está sempre actuante a capacidade de o aprendiz abstrair informação sobre a L2 a partir da sua experiência particular, subjectiva, acidental de exposição a *input*, a capacidade de o falante capturar regularidades que emergem dessa experiência de língua como categorias e padrões prototípicos. Acresce que os fragmentos de língua assim capturados, para além das propriedades morfológicas, sintácticas e lexicais, acarretam cumulativamente valores semânticos, pragmáticos e discursivos.

O problema é que para os aprendentes de uma L2 fazerem as generalizações acertadas têm de ter processado exemplares consideravelmente vastos para que a experiência acidental e finita em L2 seja verdadeiramente representativa dos usos da comunidade de falantes nativos. Nessa altura, intervém o ensino explícito, que, orientado por objectivos e seccionando desempenhos, permite uma arrumação mais rápida de tipos específicos de ocorrências, encurta o esforço de levantamento de hipóteses de categorização e consolida a memorização, enfim, acelera o processo geral de aquisição da L2.

Mas a questão fundamental mantém-se, que é a que valida a descrição de uma gramática emergente: a aquisição de uma L2 corresponde à aquisição de mapas pessoais de regularidades e à expansão de repertórios de actuações em contextos comunicativos.

Referências

- Dendale, P.; Tasmowsky, L. 2001. Introduction: evidentiality and related notions. *Journal of Pragmatics*. **33**: 339-348.
- Guentchéva, Z. 1994. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. *Langue Française*. **102**: 8-23.
- ___ Guentchéva, Zlatka 1995. L'énonciation médiatisée et les mécanismes perceptifs. In: J. Bouscaren ; J.J. Franckel; S. Robert (eds). *Langues et langage, Problèmes et raisonnement en linguistique, Mélanges offerts à Antoine Culioli*. Paris : PUF, 301-315.
- ___ 1996. Introduction. In: Z. Guentchéva (ed.). *L'Énonciation Médiatisée*. Louvain: Paris Peeters, 11-18.
- Hopper, P. J. 1987. Emergent Grammar. *Berkeley Linguistic Society*. **13**: 139-153.
- ___ 1988. Emergent Grammar and the Apriori Grammar Postulate. In: D. Tannen (ed.). *Linguistic in Context: Connecting Observation and Understanding*. Norwood: Ablex, 117-134.
- ___ 1998. Emergent Grammar. In: Michael Tomaselo (ed.). *The New Psychology of Language. Cognitive and Functional Approaches to Language Structure*. Mahwah: Erlbaum Associates, 155-175.
- Hopper, P. J.; Thompson, S. A. 1980. Transitivity in Grammar and Discourse. *Language*. **56**: 251-299.
- Plungian, V. A. 2001. The place of evidentiality within the universal grammatical space. *Journal of Pragmatics*. **33**: 349-357.
- Thompson, S. A.; Hopper P. J. 2001. Transitivity, Clause Structure and Argument Structure: Evidence from Conversation. In J. L. Bybee; P.J. Hopper (eds.). *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam: John Benjamins, 27-60.